

Isabel Almeida Santos (Coimbra)

Usus / Consuetudo, Auctoritas, Ratio:
**A legitimação da actividade gramatical
e os fundamentos da linguagem nos autores
do século XVIII**

1. Sabemos que a reflexão sobre a linguagem é tão antiga quanto a história do homem e que tal reflexão incorpora, desde os primórdios, a consciência de que esse instrumento comunicativo varia e de que a mesma língua se diversifica em função do contexto geográfico-social e das coordenadas temporais. Se esta constatação estimula a análise é, no entanto, a consciência de uma unidade de base (a que a modernidade virá a chamar *sistema*) que fundamentalmente orienta o desenvolvimento da actividade de descrição gramatical e que conduz, em Alexandria, ao desenvolvimento do que se chamou gramática técnica (*techne*).

Deste modo, depreendem-se estruturas organizadas e sistemáticas e que se oferecem à análise (os gramáticos romanos, seguindo os ensinamentos dos estudiosos gregos, falam de *ratio*), mas, simultaneamente, confrontamo-nos com o plano da actualização (*usus*), onde o costume e/ou a tradição (*consuetudo*) se assumem como eixos fundamentais na determinação do comportamento dos falantes. Tendo ainda em consideração que, como fenómeno social, o desempenho linguístico se hierarquiza em função de coordenadas sociológicas e culturais, compreende-se que determinados procedimentos idiomáticos se revistam de uma autoridade particular, desse modo se definindo outros factores de validação externa das formas linguísticas (*auctoritas* — literária ou outra — e *vetustas*). Se, pela insistência na dimensão da sistematicidade, se considera ser a *razão* o princípio regulador da linguagem, pela valorização da dimensão da variabilidade e arbitrariedade o primado vai para o *uso*, assuma este o valor de *auctoritas* ou de *consuetudo*. O facto de, tanto no mundo grego como no mundo latino, os trabalhos gramaticais serem basicamente concebidos para fornecer a metalinguagem e o quadro metodológico necessários à análise dos textos literários permite que, desde o seu início, se desenvolva, no âmbito da descrição gramatical, um conceito de *bom uso* que, então, se identifica com o uso dos autores clássicos são, por isso, eminente-

mente práticas (aprender a falar, a escrever e a compreender os autores clássicos) as finalidades que orientam, durante largos períodos, a descrição gramatical.

Por outro lado, acompanhando a evolução do próprio conceito de gramática, o estatuto da disciplina na escala de saberes (*arte* ou *ciência*?) e a delimitação do seu domínio (os textos ou a língua?) são motivo de discussão, pelo menos a partir do momento em que Dionísio de Trácia a define (Baratin 1989: 202). A grande questão é que a concepção aristotélica de ciência exclui a possibilidade de estudo, da realidade não estável; assim, um dos impedimentos iniciais à gramatização dos vernaculares românicos, que contrastavam, flagrantemente, com a superior estabilidade do latim, prendia-se, exactamente, com a variabilidade diacrónica e sincrónica que exibiam. Do mesmo modo, também a linguística moderna se desenvolve, em grande medida, em torno dessa questão fundamental: se Sexto Empírico (filósofo grego do séc. II/III) a evoca para recusar atribuir o estatuto de ciência à gramática, Saussure define o objecto de estudo da linguística apoiando-se no binómio *língua fala*, Coseriu concebe uma *língua funcional* (que contrapõe à *língua histórica*) como pressuposto teórico para o estudo estrutural dos idiomas e Chomsky constrói a linguística gerativa sobre a dicotomia *competência* e *performance*.

Vamos, então, deparar-nos, ao longo da história, com escolas de pensamento em que, claramente, se privilegia uma das duas dimensões referidas. A consideração da razão é o alicerce da gramática especulativa dos modistas, que procuravam um fundamento universal para a faculdade da linguagem, e, posteriormente, da gramática de Port-Royal; ao contrário, a valorização do uso marca o princípio do Renascimento, quando o interesse dos humanistas pelo latim era mais filológico e retórico do que propriamente gramatical (Lardet 1992: 198-200): neste caso, domina o descritivismo (na medida em que se procede à apresentação de estruturas, mas não se busca a sua explicação) e mantém-se uma tradição gramatical de carácter normativo;¹ no

1 Note-se que quando nos referimos à gramática descritiva no contexto da actualidade, remetemos para formas de análise linguística que, marcadas pela objectividade e neutralidade de perspectiva, se opõem àqueles trabalhos que se subordinam a critérios de normatividade pedagógica, distinguindo-se igualmente do tipo de análise que, como a gerativa, privilegia a vertente explicativa. No caso em apreciação, a descrição não é tanto o objectivo do trabalho, como o resultado da

outro, domina o interesse por teorias explicativas da linguagem e da gramática.

A sobrevalorização do plano da *ratio* confronta-se, então, com a evidência das assimetrias entre as regras ditadas pela gramática enquanto estrutura funcional e sistemática e o uso das línguas em particular. Esse é o argumento de fundo que os anomalistas (sustentados por concepções empíricas defendem que a língua se baseia no uso e no princípio da arbitrariedade) avançam para refutar o valor da analogia, princípio que é trazido para primeiro plano pela consciência das regularidades. Esse é, também, o pormenor que leva Varrão, para quem a analogia corresponde ao princípio que cada nação (cada comunidade linguística, diríamos nós, na actualidade) deve seguir, a reconhecer a existência de situações em que o seu incumprimento origina formas que o uso aceita e integra e que, por esse facto, não admitem contestação; aceites estas coordenadas, o recurso à analogia só é válido nos casos em que tal procedimento não colide com o uso (Marcos-Casquero 1990: XXIX); ao integrar os resultados aceites de anomalia² e ao dar conta dos acidentes históricos que não têm justificação teórica, este parâmetro reveste-se de um considerável poder descritivo:

[...] si la costumbre ha derivado erróneamente algunas palabras, de forma que no pueden emplearse de manera distinta sin desagradar a la mayoría de la gente, la lógica del lenguaje indica que es la forma regular la que no hay que emplear. [...] Así mismo, puesto que el uso general nos permite emplear la analogía prácticamente en todas las palabras, hay que reconocer que debemos seguir de alguna manera los principios analógicos de forma general, e incluso particular, excepto en aquellos casos en que se pueda quebrantar el uso común (Varrão 1990: 361, 413-415).

Do mesmo modo, Quintiliano, observando que a analogia, por vezes inconsistente, não é, em última instância, mais do que um produto do uso e constatando que alguns gramáticos, em nome desse princípio, criam formas claramente duvidosas, é levado a distinguir *falar gramaticalmente* e *falar latim*; mais tarde, também Vaugelas postulará que a analogia não é um princípio de funcionamento distinto, mas apenas

valorização do uso traduzido em *corpora* que, pelo seu valor modelar, sustentam a descrição e asseguram uma dimensão normativa.

- 2 A aceitação de resultados de anomalia depende, na análise de Varrão, do agente que comete o *erro* (entendido aqui como incumprimento do princípio da analogia): quando cometido pela nação, estabelece-se um uso geral que legitima a violação, mas o desvio individual só é aceitável se perpetrado pelos poetas.

uma forma generalizada de uso. Assim, do ponto de vista teórico, *uso* e *razão* sobrepõem-se neste contexto.

Se a consideração *arbitrária* da *ratio* implica aceitar formas artificiais porque não confirmadas pelo uso, a valorização deste, inevitavelmente diversificado, conduz à hierarquização das práticas linguísticas, na maior parte dos casos reflectindo-se assim a estrutura sociológica da comunidade: Quintiliano explicita que a consideração do uso não equivale à observação da linguagem corrente, estabelecendo um paralelismo com os outros domínios da vida social, onde o modelo a seguir é o fornecido pelas pessoas *de bem*; *uso* corresponde, assim, à prática consensual dos indivíduos educados:

si [o costume] toma el nombre de lo que siguen los más, sacaremos una regla muy peligrosa, no digo para la oración, sino, lo que es más, para vivir. ¿Pues de dónde nace este tan grande bien, de que nos agrada lo que los más tienen por bueno? [...] así en el hablar no se ha de tener por uso una cosa porque la sigan muchos. [...] Según lo dicho, llamaré costumbre y uso del lenguaje al consentimiento de los sabios, a la manera que llamamos costumbre de vivir al consentimiento de los buenos (Quintiliano ca. 40-ca. 96: 53-54).

Rejeitam-se, assim, os hábitos socialmente avaliados como não *elevados* e a descrição gramatical é, então, orientada por *um* uso (que é necessário preservar da corrupção a que o sujeita a ignorância) e não genericamente *pelo* uso.

Se, pela sua finalidade eminentemente prática, a gramática era, até então, *ars* e não *sophia*, com os modistas esboça-se uma teoria da linguagem e a *Grammatica Speculativa* que nesse período se desenvolve opõe-se claramente à *Ars Grammatica* dos greco-latinos (Elia 1974: 106). A progressiva consciência das limitações das categorias da gramática latina para a descrição das línguas vivas e o reconhecimento da especificidade dos vernaculares que ocorre nos séculos seguintes encorajam, no entanto, a consideração do uso, que se transforma em fundamento da gramática no período que medeia entre os Modistas e Port-Royal. Assim, para muitos dos autores do Renascimento, quer gramáticos do latim, quer gramáticos das línguas vulgares, a gramática, mais descritiva e com uma finalidade didáctica imediata, aparecia como *ars pure* (Assunção 1997: 177-178). Como já víamos acontecer em tempos mais remotos, também nesta época se desenvolve a tendência para admitir que o uso está submetido ao capricho dos homens, ao mesmo tempo que vigora a convicção de que não se pode, sem condenar a língua a uma corrupção certa, permitir a

este capricho uma liberdade sem limites: o uso *desgovernado* conduziria a língua à atomização e ao empobrecimento. Segue-se, então, a definição de usos a funcionar como modelos, aceitando-se que ao gramático não cabe impor as regras, mas, antes, extrai-las de uma observância *comum* que as prescreve como leis (Padley 1983: 75). Trata-se de um ponto de vista e uma concepção de uso que, familiares desde Quintiliano e outros autores latinos, se difundiram, portanto, durante o Renascimento.

Assim, pelo poder de fixação e de uniformização que, desde a sua origem, reivindica, a actividade gramatical, quando não de natureza fundamentalmente especulativa, assume uma função interventiva e uma dimensão prescritiva: primeiro, há que proceder à definição de padrões de uso e modelos literários; a seguir, vigia-se a *pureza* com que essa variedade se actualiza. Se o conceito de gramática descritiva decorre, neste contexto, da consideração do *uso* como factor determinante, a atitude valorativa que lhe subjaz justifica a designação de *normativa* que se atribui a grande parte da produção gramatical elaborada ao longo da história: a indicação do bom uso é, então, uma via severamente *prática* na qual se lança a gramática europeia (Maurais 1983: 4).

O fim da primeira metade do século XVI assiste, entretanto, a um renascer do interesse pelas teorias explicativas da linguagem e da gramática: cabe, aí, o movimento *filosófico* que, na linha da tradição mentalista/racionalista da gramática especulativa, é inaugurado por Scaliger e Sanctius. Considerando-se que a gramática de uma língua deve assumir uma dimensão também explicativa, recupera-se a *ratio* (o instrumento de todas as ciências) e daí se prossegue, por um lado, para os esforços de construção de uma língua universal (artificial) e, por outro, para a célebre *Grammaire générale et raisonnée* de Port-Royal (Assunção 1997: 178; Padley 1983: 69; Rowe 1974: 366).

Irregularidade e sistematicidade referem-se, naturalmente, a dimensões que não se excluem sem subverter aspectos essenciais do funcionamento das línguas e que dizem respeito, como Varrão explicita, aos planos do *uso* e da *natureza* dos idiomas. É, então, possível afirmar que a prática gramatical e a própria definição de gramática vêm acompanhadas de uma ambiguidade de propósitos que decorre da complexidade da linguagem e das línguas: sistemas organizados de unidades e relações, as línguas concretizam-se no interior das comunidades de falantes, cujas necessidades comunicativas e expressivas

servem; não podem, por isso, desvincular-se de coordenadas de tipo social, moral e estético que, inevitavelmente, desencadeiam formulações de tipo normativo. Descrever as particularidades lexicais, morfológicas e sintáticas e, por outro lado, estabelecer regras que orientem o utente, determinando o que deve e o que não deve dizer, é precisamente, na opinião de Fávero, a dupla função que a gramática assume, no caso do espaço português, desde Fernão de Oliveira:

Na sua função *descritiva* — sempre do uso-padrão —, o gramático explica o modo de funcionamento da estrutura da língua, enquanto, na função *prescritiva*, está preocupado em estabelecer normas que disciplinem seu uso (Fávero 1999: 231).

Gramática é, então, *arte e ciência*. Compreende-se, por isso, que os racionalistas do século XVIII sejam levados a distinguir gramáticas gerais e gramáticas particulares ou, como diz Soares Barbosa, gramáticas práticas (que fornecem normas para o bom uso da língua) e gramáticas científicas, em cujo âmbito se investigam os princípios gerais da linguagem; note-se que já João de Barros distinguiu gramáticas *especulativas* e gramáticas *preceitivas*, como a que ele próprio elaborou. Se as gramáticas particulares, a que continua a chamar-se Artes, se propõem, ainda no século XVIII, veicular o bom uso de uma determinada língua, às gramáticas gerais cabe o esclarecimento dos mecanismos de funcionamento da linguagem. Integrar naquelas os contributos destas funcionará como forma de legitimação das atitudes prescritivas.

Concebendo-se arte como «a faculdade de prescrever regras e preceitos para fazer com correcção as coisas» (Assunção 1997: 178) e, ao mesmo tempo, observando, na definição nebrijiana de gramática, que João de Barros segue («ciencia de bien hablar y bien escribir cogida del uso y autoridad de doctísimos varones»), o uso do termo *ciência*, ou considerando a apresentação da gramática em Port-Royal como *art de parler* e na *Encyclopédie Méthodique* como *science de la parole*, somos levados a constatar que, na verdade, a pretensão explicativa que é própria das correntes racionalistas e que subjaz à convocação do termo *ciência* não exclui um assumido pendor prescritivo. Parece, portanto, razoável considerar que a especificidade que, pela procura de racionalidade na análise e pelo desenvolvimento das gramáticas filosóficas, se pode atribuir aos séculos XVII e XVIII decorre do facto de o estudo da linguagem se processar num quadro amplo de definição de princípios gerais (Lopes 2000: 139).

2. Como no resto da Europa, também o século XVIII português, dominado politicamente pelo absolutismo, acolhe o espírito das Luzes; as atitudes de reforma (na instrução, mas também na economia) que o Marquês de Pombal promove e os ministros de D. Maria I prosseguem são pormenores da história nacional que não se podem desvincular desse contexto.

Por outro lado, a progressiva autonomização da gramática portuguesa face à latina que então se consuma é acompanhada pela consolidação do princípio, proclamado já por João de Barros, reiterado no século XVII por Amaro de Roboredo e veementemente defendido por Verney, de que, no ensino, a primazia deve ser dada à língua materna e não ao latim. O Alvará Régio de 1770, segundo o qual o ensino da gramática portuguesa se torna obrigatório e passa a preceder o do latim e a obra de Reis Lobato (*Arte de grammatica da lingua portugueza*) é adoptada como livro único, oficializa uma verdadeira *política de língua* ao serviço da qual se coloca, de forma institucionalizada, a codificação gramatical. Associadas ao exercício do poder, a unificação linguística e a discussão sobre o *português legítimo* tomam uma premissa nova; a expansão do ensino da língua torna também mais aguda a consciência da necessidade de normas ortográficas e gramaticais. A elaboração do idioma desenvolve-se a partir de uma diferenciação qualitativa, sendo o objectivo do estilo culto tornar a língua portuguesa mais eficiente e garantir as grandes tarefas estilísticas que são a pureza, a clareza e a majestade do discurso. Compreende-se, assim, a relativa insistência com que, por exemplo, se define o estatuto social dos diversos usos da língua, se combatem os galicismos e se defende a vernaculidade do idioma (Gonçalves 2001: 27; Maia 2001: 41; Thielemann 2001: 94-95).

3. Os trabalhos cujas linhas fundamentais de pensamento aqui consideraremos são os seguintes: *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza* (1725),³ de D. Jerónimo Contador de Argote; *Orthographia explicada, ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza* (1734), de Madureira Feijó; *Compendio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras* (1767), de

3 Esta é uma 2^{ao} impressão, «muyto accrecentada, e correctá», da obra; 1721 é a data de publicação da 1^a edição.

Monte Carmelo, e *Arte da grammatica da lingua portugueza* (edição de 1802), de Reis Lobato. Trata-se, portanto, não só de Gramáticas como também de compêndios de Ortografia, uma vez que é inquestionável o interesse das fontes metaortográficas tanto para a história da língua, como para a história do pensamento linguístico; aliás, a consideração deste tipo de obras justifica-se por si a partir do momento em que, na tradição clássica, a ortografia é uma das partes da gramática, assim se confundindo as tarefas dos gramáticos e dos ortógrafos.

3.1 Em *Regras da lingua portugueza*, D. Jerónimo Contador de Argote esclarece, logo nas linhas de dedicatória, que a sua obra é uma *Arte* e que o objectivo que o move é o de *servir* os seus concidadãos no *conhecimento e percepção* das línguas portuguesa e latina; à finalidade prática associa-se, como é habitual na época, a intenção expressa de um estilo conciso e claro. O método a seguir é o da analogia, método que, nas palavras do Conde de Ericeira (autor, na impressão de 1725, de algumas páginas onde confronta com a anterior a segunda edição da obra), é «o que se tem [...] pelo mais breve para aprender as línguas», no que se refere à «propriedade, e a collocação dos termos». É pelo recurso a esse método, já utilizado por antecessores ilustres como o gramático Brocense, que se estabelecem regras e se aproximam os dois idiomas. O termo e o conceito de regra (veja-se a sua centralidade no título da obra) são, assim, fundamentais, como o serão nos outros textos que vamos observar. Dado o objectivo fundamental do trabalho, o destaque vai para as regras que «guardão ou total, ou parcial harmonia com as Latinas»; no entanto, aquelas «em que a Grammatica Portugueza discorda inteiramente da Latina» (1725: *Prologo*), os Idiotismos, são passíveis de igual formalização por aqueles «que houverem de compor da Grammatica Portugueza em toda a sua extensão» (1725: *Prologo*).

Uso é, logo aí, uma forma de apropriação da língua materna, por confronto com a *aplicação* (entenda-se, *estudo*), processo pelo qual se atinge o conhecimento do latim; esta distinção é retomada pelo Conde de Ericeira que, constatando que a natureza ensina a língua na infância, sem arte, defende que esta última não tem utilidade, se não for precedida pelo uso. A ideia que se quer enfatizar é, nas palavras de D. Jerónimo, a de que «vay grande differença em perceber os preceytos daquillo, de que já sey a pratica, e daquillo, de que ainda a não sey» (1725: *Introducçam*). Pretende-se, assim, justificar a prioridade

que, no ensino, se deve dar ao português relativamente ao latim, mas, neste caso, com o objectivo último de facilitar o conhecimento desta outra língua: «Este pois he o intento desta Arte ensinar as regras da lingua Portugueza para facilitar aos meninos a percepção e o uso da Grammatica Latina» (1725: *Introducçam*). Por via deste procedimento, acede-se, por um lado, às regras em que convêm todas as línguas universalmente (aqui, Contador de Argote confessa-se seguidor do «novo methodo dos Padres da Congregação de Portroial, e da Grammatica discursada do Padre Lami» (1725: *Introducçam*)); por outro lado, rentabilizam-se as afinidades estruturais entre o português e o latim. A gramática reveste-se, neste contexto, de um pendor descritivo, na medida em que do uso se definem as regras: «como os meninos tem a pratica, e o uso da lingua Portugueza, facilmente perceberão as regras da sua Grammatica» (Introdução). O uso funciona, ao mesmo tempo, ao longo da obra, como critério para a identificação de formas possíveis e de excepções às regras: a fórmula *sabe-se pelo uso* é, por isso, frequentíssima ao longo de todo o texto e permite ao autor não proceder a descrições exaustivas: «como se ha de saber quando faltaõ as taes regras?/ Sabe-se pelo uso, porque a lingua Portugueza he muyto dilatada, e aqui só dizemos o commum para o principiante saber depois guiarse» (1725: 19).

Interessante, no âmbito desta análise, é o modo como *uso* e *razão* são convocados para tratar o capítulo da sintaxe, subdividido, convencionalmente, em sintaxe simples e sintaxe figurada. Sendo a sintaxe genericamente apresentada como «a boa ordem, e disposição das palavras» ou o facto de «estarem as palavras no numero, caso, e no lugar, que lhes pertence» (1725: 184), distinguem-se depois dois critérios para avaliar a correcção nesse plano da estrutura linguística: no domínio da sintaxe simples, considera-se a *ordem natural* das unidades linguísticas; no plano da sintaxe figurada, é o uso que sanciona construções que violam as regras (lógicas) da sintaxe simples.

Ao pretendermos averiguar o modo como, nos textos produzidos nesse domínio, a actividade gramatical se apresenta e se legitima, não podemos deixar de prestar atenção à definição do seu objecto de estudo, esteja em causa uma gramática geral ou uma gramática particular. Neste caso, encontramos o autor definindo *língua portuguesa* como «palavras, e modo de fallar, de que os Portuguezes entre si usaõ na pratica, ou conversação, ou quando escrevem» (1725: 2), o que nos revela não só a consciência de comunidade linguística, como a pres-

suposição de uma língua histórica com contornos idênticos aos que, na linguística moderna, Coseriu atribui a esse conceito. O entendimento de *dialecto* enquanto «modo diverso de fallar a mesma lingua. [...] diversidade [...] de fallar, que observa a gente da mesma lingua» (1725: 291-292)⁴ vem, depois, confirmar esta perspetivação do idioma nacional.

Não há, no entanto, neste texto, esforço de teorização nem em torno dos conceitos de regra/razão/analogia, nem em torno do princípio do uso, cuja qualidade se infere quando, no capítulo sobre os dialectos da língua portuguesa, Contador de Argote toma o dialecto da Estremadura como variedade idiomática de referência e, ao invés, dá conta da existência de «hum modo de fallar a lingua Portugueza mao, e viciado, ao qual podemos chamar Dialecto rustico» (1725: 299), que se distingue do dialecto *verdadeiro* e que «usa a gente ignorante, rustica, e incivil, e delle he necessario desviar aos meninos bem criados» (1725: 299). A inicial neutralidade com que o termo *dialecto* vem apresentado não só não é consequente no plano da descrição, como é, aqui, explicitamente abandonada; as intenções prescritivas, logo anunciadas no texto do Conde de Ericeira, que escreve que «o methodo da Grammatica [...] ensina a fallar, e a escrever com pureza», são, portanto, confirmadas pelas apreciações qualitativas dos diferentes dialectos. Aliás, e curiosamente, a própria Parte IV, constituída pelos capítulos *Dos dialectos da lingua portuguesa* e *Da construção*, é, precisamente, concebida «para o ensino mais polido, e para a gente nobre» (1725: *Introducçam*).

3.2 No capítulo de introdução da sua *Orthographia explicada*, também apresentada como Arte, Madureira Feijó expõe algumas das dificuldades com que se depara no estabelecimento de uma Ortografia para o português e, portanto, na elaboração da obra; uma delas envolve, precisamente, os critérios a seguir. A primeira questão colocada nesse âmbito é a que diz respeito ao desencontro entre a prática dos ortógrafos e a importância teórica e metodológica atribuída, por este autor, à etimologia e à analogia. O incumprimento desses princípios

4 Constatamos, assim, que referências mais ou menos elaboradas à variação linguística geograficamente motivada precedem o desenvolvimento formal da dialectologia; a figura de D. Jerónimo Contador d'Argote (pelo capítulo que consagra aos dialectos portugueses) é, precisamente, uma das individualidades a destacar nesse âmbito.

decorre, então, da aceitação de modelos impostos pelos «doutos da nossa língua» e da convocação de uma sustentação fonética para a codificação ortográfica. A ortografia fonética, entendida como «aquella, que mais se accomoda com a recta pronunciação das palavras» (1734: 2), implica, portanto, que se ensine como se *deve* pronunciar, para assim se escrever, aceitando-se que «toda a causa de innumeraveis erros na Orthografia, he a multidão dos erros, que andaõ introduzidos na pronunciação» (1734: 2).

Embora essa ideia se formule com a pressuposição, prescritivista, do erro de pronúncia, Madureira Feijó exprime a crença de que a estandardização dificilmente se conseguirá no plano da oralidade («mais facil he escrever com acerto, do que pronunciar sem erro» (1734: 2)), uma vez que esse é um nível de actualização da língua que não pode, como a escrita, recorrer aos modelos, documentados, do passado. Note-se que, num outro envolvimento epistemológico, também os sociolinguistas do séc. XX vêm chamar a atenção para a legítima e incontornável variação do plano da oralidade, quando abordam o tema da estandardização. Se, teoricamente, o argumento da autoridade assim se reveste de uma considerável importância, por outro lado, a variação ortográfica que, na realidade, se constata e as não correspondências entre o nível da explicitação das regras e o plano da prática obrigam o ortógrafo a alguma maleabilidade nas soluções que propõe. O princípio etimológico não deixa, no entanto, de ser, para Feijó (segundo Gonçalves (1992: 20), «o representante máximo do período etimológico da ortografia portuguesa»), o critério fundamental.

Independentemente da importância desse princípio orientador, a questão do uso torna-se incontornável, sendo Madureira Feijó obrigado a reconhecer-lhe força de lei quando, mesmo prevalecendo «contra algumas regras particulares», é «uso geralmente introduzido, e com algum fundamento, sem contrariedade dos prudentes» (1734: 5). Ao propor-se, «sem receyo da censura», «reprovar o abuso de muytas palavras a que alguns chamaõ uso», mas aprovar «este na quellas em que tem prevalecido pela aceitação commua dos mais doutos» (1734: 6), o Autor traça as coordenadas que delimitam a validade desse critério: se o uso, quando comum, impede a reprovação (e não implica necessariamente a adesão) do ortógrafo («não reprovoo, porque se conforma mais esta Orthografia com o som da pronunciação commua [...]. Porem a mais recta pronunciação, e Orthografia he com accento circumflexo no E» (1734: 23)), não é a sua dimensão meramente esta-

tística ou quantitativa que orienta a aceitação das formas que assim vigoram. Muito pelo contrário, e num discurso cuja matriz sobrevive até à actualidade, Madureira Feijó fala na ocorrência de erros («indignos da nossa lingua» (1734: 27)) que *o uso já introduziu* nas classes de Gramática e apresenta como erros, em vários pontos do seu texto, formas que reconhece serem comuns. A *universalidade* de que fala é, assim, uma noção sociologicamente manipulada: *universal*, nas suas palavras, é o uso que recolhe o «beneplacito dos doutos» (1734: 39) e a sua obrigatoria consideração é, mesmo, uma forma de *desmontar* propostas de simplificação da ortografia com as quais Feijó não concorda. É assim que este autor refuta a proposta de Bluteau no sentido da uniformização da grafia das sibilantes, uma vez que a sua aceitação implicaria «mudar a pronuniação Portugueza universalmente usada dos mais doutos, e sabios da Corte, das Universidades, e dos pulpitos» (1734: 47).

Este uso é, então, um critério para aferir a correcção ou a aceitabilidade das formas linguísticas, estando em causa quer a dimensão gráfica, quer a dimensão fónica destas. Nuns casos, integra-se a forma em uso porque não há razões que impeçam a sua aceitação ou porque esse é o único critério em que o ortógrafo se pode fundamentar («como para esta diversidade (no domínio do registo e dos resultados da consoante lateral) não ha outra regra, senão o uso dos mais doutos, a este seguiremos» (1734: 75); «Outros dizem *Dezouto*, porque pronunciaõ *outo*. [...] E como não ha mais razãõ para hum, que para outro, aqui prevalece o uso mais cõmun, que é *oito*, *Dezoito*» (1734: 276)). Noutros casos, o uso sobrepõe-se à regra, motivando atitudes diferenciadas por parte do ortógrafo. Se, por vezes, aceita ou não reprova as formas que se impõem pelo uso e às quais nem sempre reconhece fundamento

Mas eu tomara saber, quem, e porque fez o verbo *Fugir* irregular na conjugação? Que inconveniente houve para senão dizer regularmente em todas as pessoas *Fujo*, *Fuges*, [...]. Diraõ, que foi o uso; e isto mesmo me serve para seu lugar (1734: 160),

noutras ocasiões, contrapondo o uso ao *rigor da arte* e àquilo que *deve ser*, adopta uma atitude, mais ou menos explícita, de condenação, da qual, inclusive, não escapam os *doutos* («O que a mim me admira he, que os mesmos doutos, e críticos, que deviaõ saber, e na duvida consultar os livros, abusem tanto desta regra, que nas suas conversaçõens trazem introduzidos estes, e semelhantes erros» (1734: 40). As suas formulações seguem, então, o esquema *diz-se X/deve dizer-se Y*

Entre pessoas sabias, e doudas se altercou a duvida [...]. E como a duvida passasse a teima, fui consultado para a decisam, e respondi: que por uso se pronunciava do primeiro modo; mas que pelo rigor da arte, se devia pronunciar do segundo (1734: 83).

A perfeita consciência da actuação (nem sempre convergente) dos factores uso e razão na configuração e actualização do sistema linguístico está bem presente quando o autor, depois de explicitar a possibilidade de duas formas, afirma que uma delas se deve «mais ao uso [dos Autores], que o introduzio, que a razão ou sciencia» (1734: 24).

Madureira Feijó não deixa, então, de remeter com frequência para a necessidade de, ao uso, estar associado *algum fundamento*, confessando que nunca foi «apaixonado por opinioens, que não tem fundamentos racionavelmente provaveis» (1734: 55) e que a sua estratégia é seguir «os fundamentos da melhor razaõ; porque esta sempre foi a que triunfou nas duvidas, que muita vez propús na materia» (1734: 145). A procura de razões internas (aspecto que a linguística moderna veio a valorizar e a enquadrar teoricamente) surge, assim, como uma ideia disponível na avaliação daquilo que é aceitável e daquilo que é abuso («Naõ acho fundamento algum para o uso desta particula taõ universalmente introduzida. [...] naõ póde ser, nem he no Portuguez senaõ *De*; e o *Des* foi introduzido por abuso; porque he escusado, e mal soante na pronunciação o *Des*, quando com *De*, ou *Do* se significa o mesmo espaço, ou seja de tempo, ou de lugar» (1734: 273)).

A sustentação prescritivista do conceito de uso traduz-se, naturalmente, na avaliação das diferenças:

se consultarmos o vulgo não acharemos senaõ abusos de palavras, e erros de pronunciação. [...] Se consultarmos as Provincias, acharemos, que o uso introduzio em cada huma aquelles erros patrios, que os naturaes mutuamente reprovão huns aos outros, ou seja no escrever, ou no fallar (1734: 5).

As referências às formas não aceites são, então, preconceituosamente formuladas, em tom altamente pejorativo: «erro intoleravel» (1734: 26); «escrevem torpemente»; «erros indignos da nossa lingua» (1734: 27); «pronunciação torpissima» (1724: 121) são algumas das expressões utilizadas nesse contexto. Sendo este o quadro de valores subjacente à obra, não surpreende que as regras da Ortografia sejam explicitamente concebidas «para os doudos, que tem capacidade para as entenderem» e não «para o vulgo ignorante, accomodandoas á sua ignorancia no escrever, e pronunciar» (1734: 54). Para a correcção do erro, atribui-se uma importância determinante aos trabalhos de codifi-

cação linguística, relativamente aos quais se destaca, portanto, o interesse e o alcance práticos:

Para evitarem este vicio, os que costumaõ cahir nelle, devem observar sempre as duas regras, que ficaõ a cima, das analogias, e etymologias; olhando para as palavras Latinas, donde as Portuguezas tem a sua origem, ou aquellas, com que tem sua similhaça, para as imitarem [...] Os que não souberem a lingua Latina, lêaõ os Vocabularios, e façaõ estudo nas letras B, e V: e os que não tiverem Vocabularios, aproveitense das emendas dos erros na letra B, e na letra V (1734: 42).

A relação estabelecida entre o bem pronunciar e o bem escrever explica a penúltima e extensíssima parte da obra, *Erros communs da pronunciaçam do vulgo, com as suas emendas em cada letra*, considerada pelo próprio autor, que usa mesmo a expressão *utilidade pública*, a «mais util, e necessaria de toda a Orthografia» (1734: 145); ensinar «a todos a fallar sem erro, e a escrever com acerto a mayor parte da lingua Portugueza» (1734: 12) é o objectivo (não só ortográfico, como claramente ortoépico)⁵ que Madureira Feijó aí se propõe.

Na apresentação desse capítulo, o autor justifica, explicitamente, a não adopção de um critério fonético na sua obra:

Se o vulgo indouto não errara a recta pronunciação de innumeraveis palavras, seria facil ensinarmos a todos a escrever com acerto, seguindo em cada palavra na posição das letras o som da pronunciação; mas como o vulgo he o que mais erra a pronunciação das palavras, e pelo uso se communica este vicio aos mais, que não são da [sic] vulgo, não pode a pronunciação commua ser regra certa da Orthografia (1734: 143).

Por outro lado, formaliza com muita clarividência a complexidade das relações que se estabelecem entre o uso e o critério da etimologia/analogia, ao mesmo tempo que estabelece limites ao princípio da autoridade:

vi que era preciso ponderar etymologias, observar analogias, e seguir derivaçoens; e que nada disto bastava para o acerto; porque muitas vezes achava o uso contra mim; e que o abuso tinha prevalecido pela auctoridade dos livros (1734: 144).

A conclusão, reveladora de uma honestidade intelectual aqui digna de realce, é a de que se afigura extremamente difícil «ou moralmente impossivel, dar regras certas para a Orthografia de todas as palavras» (1734: 215); do mesmo modo, e tendo presentes as especificidades de

5 «Quando formos emendando os erros de cada palavra, iremos advertindo o mais, que for necessario para a boa pronunciação» (1734: 148).



cada época, não podemos deixar de interpretar a confissão de Feijó («Quería seguir o uso, mas como o topava inconstante não me podia servir de regra» (1734: 144)) como a expressão, teoricamente não elaborada, da convicção de que é impossível estudar o plano da fala (*parole*) (à semelhança do que, na senda de Saussure, orienta os estruturalistas).

No que se refere à *recta pronúnciação*, confirma-se o valor restritivo com que o termo *uso* é manuseado (está em causa, na verdade, um *bom uso*), de forma que os não formados são «os que não tem uso». Esse uso, inclusive, deverá *emendar* formas que há muito «se ouvem no mundo [...] e ainda o uso não acabou de ensinar a sua recta pronúnciação, não so aos ignorantes, mas a homens aliundè doutos, que erradamente os pronúnciaõ» (1734: 145).

A dimensão prescritiva da obra contrasta, no entanto, com a consciência de que a universalidade de uso é uma utopia: por um lado, sábios e livros não apresentam propostas e/ou práticas rigorosamente convergentes («nem huma, nem outra regra póde ser geral, conforme o uso de homens doutamente sabios na nossa lingua, que escrevem de hum, e outro modo» (1734: 82)); por outro, os idiomas estão, inevitavelmente, sujeitos à mudança, que Madureira Feijó considera um processo orientado para a perfeição da língua, «que principiou tão tosca», pelo que a antiguidade «na materia da locução não pode ser oraculo» (1734: 6).

3.3 Também Monte Carmelo apresenta a Ortografia, que significa «Recta Escritura» como a «*Arte* de escrever com acêrto, ou rectamente» (1767: 1), relacionando-a com a Ortologia, «*Arte* de pronúnciar bem, ou rectamente, as *Letras*, *Syllabas*, &c. emquanto sam *Vozes*». Por seu turno, «*Linguágem*, *Grammatica*, *Lingua* ou *Idioma*, he *Arte* liberal, que tracta principalmente da *Oraçam* vocal, ou escrita, conforme a determinadas *Regras*, e o seu *Idiotismo*» (1767: 2, §4). Os *catálogos* e *regras* que acompanham o seu compêndio têm como propósito, tal como é explicitado na própria folha de rosto da obra, fazer com que todos possam «compreender facilmente a *Orthologíá*, e *Prosódia*, isto é, a *Recta Pronúnciaçam*, e *Accentos proprios*, da *Lingua Portuguesa*» e tornar inteligíveis, regulamentando o seu uso, vocábulos antigos, antiquados ou vocábulos social ou estilisticamente marcados.

Na parte introdutória e no prólogo da *Orthografia* de Monte Carmelo, *língua portuguesa, nossa língua e nosso idioma* surgem com um valor claramente limitador, pois excluem explicitamente as formas consideradas abusos da plebe e sobrepõem-se, pela sua coincidência, a uma variedade que se impõe como modelo ou norma:

Tens pois á vista, *Leitor*, hum *Compêndio* de *Orthografia* com sufficientes *Catálogos*, e novas *Regras*, paraque em todas Provincias deste Reino, e seus Domínios, se possa comprehender a *Orthologia*, e *Prosódia*, isto he, a *Recta pronunciaçam*, e *Accentos proprios* da *Lingua Portuguesa*, de que comumente usam hoje os Cortezaões, e Eruditos (1767: *Prologo apologetico*).

Lembrando, numa linha de análise não original, a formulação de Quintiliano, Monte Carmelo acrescenta:

Devemos fallar, e escrever, como pratica o maior número, nam dos ignorantes, ou *Plebêus*, que corrompem os *Idiomas*, mas dos doutos, e peritos da Corte, os quaes fallam, e escrevem, como direi neste *Compêndio* (*Prologo apologetico*).

Assim, se, como para Feijó, a ausência de «uso universal de homens peritos nesta *Matéria*» (1767: *Prologo apologetico*) é razão para alguma flexibilidade (o autor fala de *dúvida*), na análise das alternativas ortográficas Monte Carmelo não deixa de, dirigindo-se ao leitor, escrever: «Tu nesta *Materia*, que he totalmente arbitraria, e só depende do Soberano, e do seu Real Ministerio, como já disse, seguirás o constante uso, deque tiveres noticia» (1767: *Prologo apologetico*) (ou «Nesta *Materia*, que he arbitraria, deve prevalecer o uso, que introduzirem os Eruditos» (1767: 25); «Nesta *Matéria*, que he arbitraria, siga-se o uso das pessoas principaes, e mais polidas» (1767: 64)). Deparamo-nos, desta forma, com a expressão da consciência do poder regulamentador, não só das forças sociais, mas também de determinadas instituições, no processo de normatização (ortográfica)⁶:

Poucos homens doutos abraçaram a *Orthografia*, que inventou o Sapientissimo Auctor do *Verdadeiro Método de estudar*: e esta *Matéria* depende inteiramente do uso, que por consentimento do Monarca introduz

6 Essa noção fica intuída em Madureira Feijó, que escolhe os funcionários como alvo de crítica.

o seu Real Ministério, e observam os maiores Tribunaes, os Academicos, e Cortezaõs, que nella sam bem instruidos (1767: *Prologo apologetico*);⁷

Constatamos então que, apesar da importância que atribui à Gramática enquanto Arte para o conhecimento das regras, Monte Carmelo não deixa de reconhecer ao *uso* (o uso explicitado no Prólogo) um valor determinante, até porque esse é o meio primário de aquisição da linguagem («Nam me-parece necessario escrever aqui as *Regras* dos *Generos* Portuguezes; porque também o uso as-ensina, e este *Compendio* nam he para Estrangeiros» (1767: 12); «estas, e semelhantes *Frases* se-aprendem facilmente pelo uso» (1767: 73)). Monte Carmelo reconhece, então, que o uso prevalece sobre a regra quando é *moda universalmente aceite* (1767: 17-18); o uso é, portanto, regra em determinadas matérias, como naquelas relativamente às quais é difícil formalizar leis e princípios. Ao uso (universal) reconhece-se, assim, um valor fundamental, pelo que as análises e propostas ficam sujeitas à sua sanção: «julgo, que assim se-póde dizer, se o uso universal nam resistir» (1767: 72); «devia ser *Rológio*, e daqui *Rologeiro*, e nam *Relogeiro*; mas siga-se o uso commum» (1767: 123). Embora reivindique a liberdade de escrever determinadas formas de modo diferente (mas não singular), é expressiva a sua declaração de que não tem autoridade para «expellir a *Móda* universal de doutos, e ignorantes» (1767: 19). Monte Carmelo não hesita, portanto, em afirmar que, no caso de alguns plurais de nomes em -ão, é o uso moderno da Corte (que resiste à aplicação da regra que enuncia para esse aspecto da gramática do português) que *deve* seguir-se. Ao contrário, quando se violam leis e falta o «consentimento universal, para que hum tal uso legitimamente se-introduza» (1767: 20) as formas resultantes são avaliadas como erros.

Visitar a corte ou aprender com Mestres são as alternativas de que dispõem aqueles «curiosos destes Reinos» (1767: *Prologo apologetico*) «que se-aplicam á pureza do nosso *Idioma*» (1767: 82)) mas não «podem aprender ouvindo» (1767: *Prologo apologetico*); recorde-se que já Madureira Feijó se referira enfaticamente à necessidade de consultar as obras disponíveis de codificação linguística. Não havendo *vício*, perde, assim, motivação o trabalho de formulação de regras,

7 Note-se que já Nebrija, escrevendo antes da invenção da imprensa, partilhou com muitos dos seus contemporâneos a preocupação com a standardização da ortografia, ao ponto de sugerir a intervenção real por decreto.

como se depreende do que, a respeito dos timbres associados a <o> no radical verbal, Monte Carmelo escreve: «nam me-consta, que haja vício notavel em algũa Provincia deste Reino; e por isso nam he necessario inventar *Regras* nesta *Matéria*» (1767: 126). O autor valoriza, então, para este tipo de produção gramatical, o interesse prático e prescritivo, sacrificando-lhe as suas potencialidades descritivas.

No *Indice das coisas mais notaveis*, índice remissivo e uma originalidade deste texto no conjunto dos que observámos, encontramos, no tom de neutralidade que registámos em D. Jerónimo, *dialecto* como «[*diferença*] accidental em hum mesmo *Idioma*» (1767: 737). Do mesmo modo, numa referência ao mito da Torre de Babel, usa-se o termo para designar variedades idiomáticas resultantes da fragmentação de uma língua unitária original. Carmelo enumera, então, três dialectos que dispõe no eixo temporal (dialecto antiquíssimo, dialecto antigo e dialecto moderno, «o de que hoje usam os Portuguezes mais cultos, e de que tracta este *Compêndio*» (1767: 737)); fala ainda de dialectos locais como aquele de «que ainda usam universalmente os Povos Interamnenses, e Transmontanos» (1767: 421) e que, pela antiguidade e prestígio histórico (confunde-se com o primeiro dialecto temporal), se distingue dos socialmente menos tolerados, referindo-se, nesse caso, a «innumeraveis êrros dos *Plebêus* do Algarve, Alemtejo, Beira» (1767: 421). É digno de nota o facto de Monte Carmelo conceber, em determinadas circunstâncias, variação dialectal sem vício: «só escrevi, e escreverei, aqui as *Regras*, e *Catalogos*, com que se-possam expellir em commum os erros nesta *Materia*, e nam outras, que sem vício se-observam nas Provincias Interamnense, Transmontana, &c» (1767: 103). Como vimos nos outros autores, também em Monte Carmelo a enumeração dos erros inclui a referência aos registados na Corte, onde «huns trocam, deminuem, ou accrescentam as *Letras* dos *Vocabulos* Portuguezes, e outros inventam *Vozes* indignas, que só para elles podem ser significantes» (1767: 422).

Relativamente à autoridade que, em matéria linguística (e, concretamente, ortográfica), se pode atribuir aos autores literários, note-se que, como já Horácio advertira e Varrão estipulara, se aceitam aos poetas (Monte Carmelo fala do «nosso eruditissimo *Cámoês*») liberdades que, por isso mesmo, não deverão invalidar as regularidades recenseadas e sancionadas pelo Ortólogo e pelo Ortógrafo; por outro lado, há que ter presente que, quando se considera Camões, nos depa-ramos com um estado de língua diacronicamente superado: formas

então utilizadas seriam, na contemporaneidade do ortógrafo, e como ele próprio afirma, *defeito* ou *erro*. Assim, «o suavissimo *Câmões* nam pôde fazer auctoridade em todos os *Vocabulos*, e *Accentos*; porque escreveu em *Verso*, e antes do *Dialécto* moderno, que principiou, há duzentos annos» (1767: *Prologo apologetico*).

Monte Carmelo revela, em suma, a consciência da mudança, que prevê e aceita («devemos usar de [...] em quanto não se-introduzem aquellas terminações, ou outras» (1767: 72-73)) mas atribui o seu desenvolvimento aos Monarcas e seus Curiais («isto depende dos Monarcas, e de seus Curiaes, para que se-introduza por *Orthologia*, e logo na *Orthografia*» (1767: 21)); revela, ainda, uma clara percepção da dinâmica linguística, advertindo o leitor de que é «moralmente impossível designar o numero certo dos *Vocabulos* antigos, e antiquados, porque os *Dialectos* do nosso *Idioma* sempre fôram entre si participantes» (1767: 503), bem como a perfeita noção de que a avaliação das formas linguísticas pode sofrer alterações ao longo do tempo («[para] evitar esta confusâm, que hoje, he defeito» (1767: 144)). Por outro lado, anunciando princípios do estruturalismo moderno, e como Madureira Feijó, também Monte Carmelo anuncia a dificuldade de lidar com a diversidade no domínio da actualização linguística: «mas esta diversidade nam pode constar com certeza, porque depende do arbitrario uso dos Povos» (1767: 98).

À semelhança do que fizera Feijó, também Monte Carmelo termina a sua obra com uma Parte que apresenta como *Dos Vocabulos antiquados, antigos, Vulgares, e Cômicos, como também dos Vícios, ou Abusos mais ordinarios da Plebe destes Reinos, e de suas Correções assim na Orthologia, como na Orthografia*. Segue-se, então, a listagem e etiquetagem dos «*Abusos, e Vocabulos Vulgares, ou menos cultos, &c.*» que o autor confronta com as devidas *Emendas*, referindo-se os *vícios* que a «*Plebe* contrahe pela communicacão ou por ignorancia, e incuria de paes, e Mestres» (1767: 502). Da enumeração constam ainda *defeitos* que não se podem atribuir «a determinados Povos, ou Lugares, porque se experimentam em pessoas, que fôram educadas em diversas Provincias, e talvez os-contrahîram, pela frequente, e mûtua sociedade» (1767: 502). Abusos não são, no entanto, «muitos *Vocabulos*, que se-ouvem entre o *Vulgo*, quero dizer, entre pessoas graves, aindaque menos instruidas», embora se pretenda que «o curioso *Leitor* os-possa evitar em cultas conversações, ou *Escritos*» (1767: 502).

Monte Carmelo associa à sua proposta ortográfica um conjunto de preceitos pelos quais contesta a atitude de Madureira Feijó e seus seguidores. Assim, questiona o critério da analogia ou etimologia, argumentando que «o nosso *Idioma*, ainda que filho do Latino, he muito diverso deste; e as *Dicções* sam arbitrarias⁸. Por esta causa podem ser, e muitas vezes sam diversissimos os *Vocabulos*, tendo todos a mesma significacâm» (1767: 318). As nações são, neste domínio, soberanas e livres («assim quer agora a Naçam Portugueza, aindaque repugne inutilmente o R. P. Madureira, e os seus *Sequazes*» (1767: 355)); os intuitos de Madureira Feijó no sentido de construir a estrutura gráfica do português seguindo de perto a do latim são vistos, então, como tentativas de privação dessa liberdade (1767: 318). O que Carmelo defende é que

tudo depende do costume, e este do beneplacito dos Cortezaõs eruditos, mas particularmente dos Principes [...]. Quem diz tenazmente o contrário, quer constituir-se tyrânico A'rbitro das vontades dos mesmos Eruditos, os quaes livremente podem inventar, ou mudar *Letras*, *Vocabulos*, e inteiros *Idiomas*, se os Soberanos assim quizerem (1767: 356).

3.4 Na introdução à sua *Arte da grammatica da lingua portugueza*, Reis Lobato começa por argumentar no sentido de justificar o interesse da obra; o seu alvo são todos aqueles que achariam inútil um trabalho cujo objecto é algo que todos possuem e dominam pela mera aprendizagem associada à inserção na comunidade linguística (pelo uso, portanto):

A Muitos parecerá desnecessaria a presente Grammatica, por entenderem, que para se fallar perfeitamente a lingua Portugueza basta sómente o uso, sem necessidade de recorrer a regras, a que só lhes parece que estão sujeitas as linguas Grega, e Latina (1802: VII).

Como nos outros autores, o trabalho de codificação traduz-se, então, na formulação de regras pelas quais se dá conta dos princípios funda-

8 Atente-se na forma expressiva com que este princípio da arbitrariedade é explicado, revelando um poder evocativo semelhante à metáfora do xadrez, de Saussure: «os *Vocabulos* sam como as moedas, as quaes, com diversos cunhos, ou figuras, e tambem com diversas quantidades, ou substâncias, (se forem de metaes diferentes) tem sempre igual valor. Este nas *Dicções* he a significacâm; e os cunhos, figuras, e quantidades, sam as *Letras*, *Syllabas*, *Accentos*, &c» (1767: 356). Já Contador de Argote explicara de forma idêntica as relações de semelhança e dissimilitude entre o latim e o português: o jogo é o mesmo, mas as figuras são diferentes (1725: Introduccam).

mentais da língua e cujo desconhecimento leva ao erro. O uso surge, assim, como um domínio de utilização das línguas que não pode dispensar a reflexão / elaboração metalinguísticas e a gramática é, então, definida como «a Arte, que ensina a fazer sem erros a oração Portuguesa» (1802: 1).

Nas razões que aponta para a construção da sua obra, Reis Lobato conjuga os intuitos prescritivos com as finalidades explicativas que a gramática, no âmbito do espírito racionalista do século XVIII, também assume:

Por duas razões [que já vimos apresentadas em Contador de Argote] se faz indispensavelmente precisa a notícia da Grammatica da lingua materna: primeira, para se fallar sem erros; segunda, para se saberem os fundamentos da lingua, que se falla usualmente (1802: VII).

Como Contador d'Argote, também Reis Lobato argumenta no sentido de defender a primazia do ensino da língua materna, pelo que, como afirma Assunção (1997: 168), a apologia da gramática é também a apologia do ensino da língua materna: se o uso é, mais uma vez, a forma de acesso, por aquisição, à expressão linguística (na formulação de Lobato, o uso ensina-nos a *prática das regras da gramática materna*), o conhecimento desta leva, por um lado, a «fallalla com certeza» (1802: VIII) e, por outro, aprendidos «muitos principios, que são communs a todas as linguas» (1802: IX), a aprender com facilidade qualquer outro idioma.

Além do mais, o cultivo da Gramática da língua materna é um sinal de desenvolvimento das Nações: «Esta necessidade da Grammatica materna tem conhecido geralmente todas as Nações cultas; porque em todas se tem occupado homens doutissimos em comporem Grammaticas da sua lingua» (1802: VII). Permitimo-nos estabelecer um paralelismo entre este tipo de reflexão e a legitimação que, no contexto ideológico e epistemológico da actualidade, se atribui aos mecanismos de standardização, enquanto forma de ascensão, a línguas de civilização, de línguas até então não regulamentadas pelas diferentes formas de codificação. A língua é, então, reconhecido um alto valor simbólico e o seu perfeito conhecimento é apresentado como uma *obrigação* de todo aquele que a «aprende desde o berço» (1802: XI-I); a grande diferença na análise é de natureza ideológica, já que sociolinguistas do séc. XX consideram, antes, um *direito* o conhecimento perfeito da língua na sua variedade *standard* e prestigiada.

Como nos outros autores que analisámos, a crítica ao mau uso não atinge apenas o vulgo ou a plebe; encontramos, uma vez mais, queixas sobre a insuficiente preparação dos professores de português, responsáveis por «irremediáveis vícios assim no pronunciar, como em escrever» (1802: XI) e sobre a prática dos indivíduos que exercem os ofícios públicos, entre os quais são comuns determinados erros ortográficos e de pronúncia. Depreende-se uma clara consciência do poder que a instituição escolar e outras responsáveis pela produção de documentação escrita assumem no processo de uniformização dos padrões linguísticos. O objectivo do ensino da língua materna que esta gramática pretende orientar é, então, «formar hum systema, que fosse util para a instrucção da mocidade Portugueza» (1802: XXVIII), levar os *meninos* a «lerem com reflexão, e poderem imitar, compondo os Autores Portuguezes de melhor nota» (1802: XIII).

Relativamente ao princípio da autoridade, Lobato toma opções claras e, analisando criticamente as obras dos seus antecessores em Portugal, apresenta uma declaração de princípios: maior do que a autoridade de alguns é a autoridade da razão, que segue sem hesitações. Assim, referindo-se a Manuel Álvares, escreve:

São innumeraveis os erros deste Autor; [...] porém neste [dar vocativo ao pronome *tu*] tem maior desculpa, por ser transcendente a todos os Grammaticos, assim vulgares, como Latinos, a quem deixo de seguir por ser para mim maior, do que sua autoridade, a da razão (1802: XVIII).

Para construir a sua obra, Reis Lobato examina, por isso,

as causas, e usos da lingua Portuguesa, seguindo as doutrinas de Sanches, Porizonio, Vossio, Sciopio, e Lancelloto, por excederem estes célebres Grammaticos aos antigos em examinarem filosoficamente as matérias; pois he certo, que sem o socorro da Filosofia se não póde conhecer perfeitamente a natureza das partes da oração (1802: XXVIII).

No final da *Introdução*, Reis Lobato explicita ainda o seu modelo ortográfico. Não avançando em explicações, que adia para um outro trabalho, e salientando a complexidade desse domínio de registo da língua portuguesa, o autor decide seguir a ortografia que vê usada pela Corte (1802: XXXI). É, então, o *bom uso*, socialmente definido, o critério aferidor da correcção no plano da ortografia.

Como os seus contemporâneos, Reis Lobato apresenta a Sintaxe figurada como o domínio onde razão e uso se desencontram:

Sintaxe figurada he a composição das partes da oração ordenada fóra das regras da Sintaxe simples («composição das partes da oração, ordenada conforme as regras geraes da Grammatica» (1802: 173)), conforme o uso, e estilo da língua» (1802: 210).

À semelhança de Quintiliano, que distinguira entre *falar gramaticalmente* e *falar latim*, também aqui se subentende uma diferença entre falar (bem) português (neste caso, é seguir a tradição, valorizando a *consuetudo*, dando corpo aos idiotismos da língua portuguesa) e *falar gramaticalmente*.

4. O século XVIII é conhecido como o século de primazia da razão na regulamentação e avaliação da conduta humana; no plano da linguagem, está em causa o seu carácter sistemático, de que dá conta o princípio da analogia (e, de certa forma, o critério da etimologia) e que a codificação gramatical traduz sob a forma de *regras*. Não obstante o valor teórico que este vector de funcionamento das línguas assume em tal envolvimento epistemológico, observamos, nos textos que aqui considerámos, que o uso é, no fundo, o verdadeiro barómetro e que os gramáticos revelam uma perfeita consciência do valor desse princípio como mecanismo de sanção das formas linguísticas: se, por vezes, o uso dá, por si só, corpo a uma proposta de análise, noutros casos, presente-se a incomodidade que a sua desconsideração implica para o autor. Revestindo-se o trabalho de codificação de um evidente pendor normativo a que se associa, entre outros aspectos, a responsabilização das instituições no processo de difusão das formas e estruturas linguísticas, ao uso associa-se uma noção de modelo intimamente relacionada com coordenadas sócio-culturais: em termos globais, mais do que um princípio regulamentador do funcionamento das línguas, o uso vale como *uma* forma de actualização das mesmas, e corresponde, na verdade, a *um uso*.

Bibliografia

- Argote, D. Jeronymo Contador de (1725): *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, ou disposicao\$ para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*, 2ª impressã, Lisboa Occidental: Na Officina da Musica.
- Assunção, Carlos Costa (1997): «Uma leitura da Introdução da Arte da Grammatica da Lingua Portugueza de Reis Lobato (1770)», em: *Línguas e Literaturas, Revista da Faculdade de Letras do Porto*, XIV, pp. 165-181.
- Auroux, Sylvain (dir.) (1989): *Histoire des idées linguistiques*, Tomo 1 (*La naissance des métalangages. En Orient et en Occident*), Liège/Bruxelles: Mardaga.
- Auroux, Sylvain (dir.) (1992): *Histoire des idées linguistiques*, Tomo 2 (*Le développement de la grammaire occidentale*). Liège/Bruxelles: Mardaga.
- Baratin, Marc (1989): «La constitution de la grammaire et de la dialectique», em: Auroux (dir.), pp. 186-206.
- Baratin, Marc / Françoise Desbordes (1981): *L'analyse linguistique dans l'Antiquité Classique*, Paris: Klincksieck.
- Elia, Sílvio (1974): «A doutrina dos primeiros gramáticos portugueses», em: *Romanitas. Revista de cultura romana* (Rio de Janeiro), 12 e 13, pp. 90-109.
- Fávero, Leonor (1999): «O saber da língua: gramáticas do século XIX», em: Gärtner, Eberhard / Hundt, Christine / Schönberger, Axel (eds.): *Estudos de história da língua portuguesa*, Frankfurt/Main: TFM, pp. 231-241.
- Feijó, João de Morais Madureira (1734): *Orthographia explicada, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza*, Lisboa: Por Miguel Rodrigues.
- Gonçalves, Maria Filomena, (1992): Madureira Feijó, ortografista do século XVIII. Para uma história da ortografia portuguesa. Lisboa: ICALP.
- Gonçalves, Maria Filomena (2001): «Aspectos da história e da historiografia da língua portuguesa na época pombalina», em: Thielemann, Werner (ed.), pp. 11-31.
- Lardet, Pierre (1992): «Travail du texte et savoirs des langues: la philologie», em: Auroux (dir.), pp. 187-205.
- Lobato, António José dos Reis (1802): *Arte da grammatica da lingua portugueza*, 5ª impressão, Lisboa (Na Regia Officina Typographica) (Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários por Carlos Assunção, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000).
- Lopes, Maria da Conceição Vieira (2000): *Evolução do conceito de gramática. De Fernão de Oliveira até aos nossos dias*, Coimbra: Faculdade de Letras; tese de mestrado inédita.
- Maia, Clarinda de Azevedo (2001): «O tratamento das variedades do português nos gramáticos e ortografistas de Setecentos: especial referência a Monte Carmelo», em: Thielemann, Werner (ed.), pp. 33-50.

- Marcos Casquero, Manuel-Antonio (1990): *Varrón*. De lingua latina. Edición bilingüe. Introducción, traducción y notas de Marcos Casquero, Barcelona: Anthropos / Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia.
- Maurais, Jacques (1983): «Introduction», em: Bédard / Maurais (eds.), pp. 1-18.
- Monte Carmelo, Luis do (1767): *Compendio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras*, Lisboa: Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
- Padley, G. A. (1983): «La norme dans la tradition des grammairiens», em: Bédard / Maurais (eds.), pp. 69-104.
- Quintiliano, M. Fabio (ca 40-ca 96): *Institutiones Oratorias*, Buenos Aires: Joaquín Gil (ed.).
- Rowe, John Howland (1974): «Sixteenth and Seventeenth Century Grammars», em: Hymes, Dell (ed.): *Studies in the History of Linguistics: Traditions and Paradigms*, Bloomington: Indiana University Press, pp. 361-379.
- Thielemann, Werner (2001): «Língua culta — Palavras antiquadas — Plebeísmos. A linguagem e a sociedade portuguesa na época do Marquês de Pombal», em: Thielemann (ed.), pp. 51-97.
- Thielemann, Werner (ed.) (2001): *Século XVIII: Século das Luzes. Século de Pombal*, Frankfurt/Main: TFM.
- Varrão, Marco Terêncio (1990): *De lingua latina*. Introducción, traducción y notas de Manuel-Antonio Marcos Casquero, Barcelona: Anthropos / Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia.